



## Editorial

HELENIZA ÁVILA CAMPOS, JORGELUIS HERNÁNDEZ, JULIO JOSE PLAZA TABASCO,  
MARGARIDA PEREIRA E ROGÉRIO LEANDRO LIMA DA SILVEIRA

*Editores do Dossiê Desenvolvimento Urbano e Regional: Processos, Políticas e  
Transformações Territoriais*

ROGÉRIO LEANDRO LIMA DA SILVEIRA E ÂNGELA CRISTINA TREVISAN FELIPPI  
*Editores da REDES*

É com alegria e com satisfação que queremos comemorar e compartilhar com nossos leitores esse momento especial para a Revista REDES. Nesse ano de 2016, a REDES completou 20 anos de existência e de circulação ininterrupta, cumprindo importante papel de divulgação científica, e se consolidando como espaço privilegiado do debate teórico e metodológico no campo dos estudos sobre desenvolvimento regional no Brasil.

Nessa trajetória, a REDES tem contado com o apoio e a chancela de seu Conselho Editorial, com a atuação destacada de seus revisores e, principalmente, com a ativa participação dos seus autores. Isso tem sido fundamental para a consolidação da REDES, constituindo-a em um importante veículo de difusão do pensamento científico, não apenas brasileiro, mas também internacional, sobre o desenvolvimento e o planejamento territorial, mas também sobre as distintas dimensões, contingências, características e contradições do processo de desenvolvimento no território, desde diferentes escalas espaciais, notadamente, a regional. Nosso público leitor, igualmente foi fundamental nessa caminhada, pelos debates, críticas e diálogos que os artigos aqui publicados suscitaram no âmbito da comunidade acadêmica, mas também junto aos diferentes segmentos sociais e institucionais que acessam nossa Revista.

Em comemoração aos seus vinte anos, a REDES apresenta, a partir desse número, um novo projeto gráfico e uma nova identidade visual, bem como algumas modificações editoriais. A proposta de alteração visual da revista inclui mudança em vários elementos que a compõem, como tipografia, cores e design, incluindo a introdução de fotografia na capa. A proposta de renovação do visual pretende tornar a leitura mais fluída e agradável e é acompanhada de alteração na estrutura de conteúdo, com a introdução de dossiê ou número especial. Desde 2016, a REDES começou a propor, em suas chamadas, temáticas para discussão, reservando parte de seu espaço para artigos que convergiam a uma proposta pré-estabelecida pelos editores, observando os olhares interdisciplinares sobre o tema em pauta. No

mesmo movimento, é inaugurado na REDES, a partir desta primeira edição de 2017, a presença de editores convidados, pesquisadores de diferentes instituições nacionais e internacionais com expertise na temática da edição. Por fim, o Conselho Editorial foi ampliado, com a inclusão de pesquisadores com larga experiência no campo do Desenvolvimento Regional, que vêm contribuir na condução da revista.

É também com grande satisfação que aqui apresentamos o primeiro número do volume 22 da Revista REDES – Dossiê “Desenvolvimento Urbano e Regional: Processos, Políticas e Transformações Territoriais”, referente ao primeiro quadrimestre de 2017. Tivemos uma grande participação de colegas brasileiros e estrangeiros com a submissão de 55 artigos, dos quais foram selecionados 15 artigos para o presente número temático. Para nos auxiliar na edição desse número especial, convidamos os colegas pesquisadores: Margarida Pereira (Universidade Nova de Lisboa – Portugal), Jorge Luis Hernández (Universidad Nacional de Rio Cuarto-Argentina), Julio José Plaza Tabasco (Universidad Castilla-La Mancha – Espanha) e Heleniza Ávila Campos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Heleniza Ávila Campos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS), que, sob diferentes abordagens teórico-metodológicas e recortes empíricos de pesquisa, têm aportado importantes contribuições no debate sobre o desenvolvimento urbano e regional, em seus países.

O propósito foi reunir desde diferentes olhares disciplinares, trabalhos com distintas abordagens teóricas e metodológicas, e que apresentem diferentes linhas de análises e reflexões sobre o complexo, diverso, e também desigual processo de desenvolvimento urbano e regional existente no Brasil, e em outros países.

O processo de desenvolvimento urbano e suas decorrentes políticas setoriais territoriais, ou mesmo os processos advindos de políticas públicas implementadas no espaço urbano, revelam relações, contradições, alianças e embates entre interesses e estratégias de ação de agentes sociais, do Estado, e do mercado. Igualmente, expressam no território, distintas tipologias e configurações espaciais, dinâmicas territoriais, interações espaciais, articulações e interdependências intraurbanas e interurbanas. Apresentam também diferentes dinâmicas de reestruturação urbana, que se manifestam territorialmente na escala local da cidade, mas também na escala regional e nacional, através da constituição e desenvolvimento de cidades pequenas, cidades médias, aglomerados urbanos, regiões metropolitanas, redes urbanas. Diversos são também os agentes sociais e as relações, articulações, estratégias e embates que estão presentes na produção e reprodução do espaço urbano, nos processos de organização e de transformação da espacialidade urbana e regional. Tais processos de desenvolvimento urbano e seus reflexos no território igualmente engendram distintas políticas públicas como as de habitação, de mobilidade urbana e de planejamento territorial na escala da cidade, mas também na escala regional. Estes, entre outros, são alguns dos temas e questões que o presente Dossiê propõe debater e refletir.

Inicialmente, **Bernardo Campolina** e **Anderson Cavalcante**, no artigo ECONOMIA MINERÁRIA E SEU IMPACTO URBANO: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, analisam os impactos regionais e locais da atividade minerária na Região

Metropolitana de Belo Horizonte. Os autores analisam inicialmente os efeitos econômicos, em especial, os efeitos do boom de *commodities* nos anos 2000 sobre exportações e receitas tributárias, e em um segundo momento, verificam os impactos locais da atividade minerária, mais especificamente os conflitos com recursos hídricos e vias de transporte.

Em seguida, **Orlando Moreira Junior**, no artigo ENTRE A NORMA E O FATO URBANO-METROPOLITANO: POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES DAS INOVAÇÕES INSTITUCIONAIS PARA A GESTÃO TERRITORIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS-SP, aborda as possibilidades existentes para a gestão e o planejamento urbano e regional advindas com as inovações institucionais trazidas pela Constituição de 1988 e pelo Estatuto da Cidade. Para tanto, utiliza o caso do processo de regionalização, em especial, a criação legal de região metropolitana, tendo como referencial empírico a Região Metropolitana de Campinas-SP. O autor identifica um descompasso entre a norma e o fato urbano e metropolitano, ampliando os desafios para o estabelecimento de uma governança metropolitana efetiva.

Já **Heleniza Ávila Campos**, em O PAPEL ESTRATÉGICO DE CIDADES GÊMEAS NO CONTROLE DE MERCADORIAS EM REGIÕES DE FRONTEIRA NO CONTEXTO DO MERCOSUL: URUGUAIANA (BRASIL) E PASO DE LOS LIBRES (ARGENTINA), analisa o território fronteiriço entre o Brasil e a Argentina, enquanto espaço potencial para projetos de desenvolvimento compartilhados entre países, que apresenta na realidade política latino-americana claras limitações de integração. Analisando o espaço fronteiriço entre as cidades de Uruguaiana, no Brasil, e Paso de Los Libres, na Argentina, verifica que os interesses comerciais regionais apontam para uma necessária revisão dos limites e barreiras ali existentes. Além disso, constata que os projetos regionais de caráter econômico se conflitam com a realidade desigual de suas cidades gêmeas, as quais não possuem infraestrutura nem investimentos sociais para tais dinâmicas.

Sobre essa mesma temática, **Leonardo Luiz Silveira da Silva** analisa, no artigo O PAPEL DAS POLÍTICAS TERRITORIAIS DE EXCEÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO DAS CIDADES DE ZONA DE FRONTEIRA: O CASO DAS CIDADES GÊMEAS DE BRASILÉIA, EPITACIOLÂNDIA E COBIJA, o valor estratégico das zonas de fronteira. Para o autor, as zonas de fronteira possuem importante valor estratégico para os Estados. Tal valor centra-se na sua importância no âmbito da segurança e da cooperação. Como um movimento para a valorização das zonas de fronteira, os Estados tem criado políticas territoriais de exceção que beneficiam o desenvolvimento e o dinamismo regional.

Na sequência, **Mauro José Ferreira Cury** e **Josiel Alan Leite Fernandes Marques** abordam no artigo A CIDADE INTELIGENTE: UMA RETERRITORIALIZAÇÃO, o tema da cidade inteligente, discutindo esta como uma reterritorialização do espaço das cidades, pelo exame conceitual de território, territorialidade, desterritorialização e reterritorialização. Para eles, essa abordagem se justificativa pela busca contemporânea por soluções aos problemas sociais, econômicos e culturais que as cidades enfrentam. Problematizam esse tema, buscando verificar se as cidades inteligentes ao criarem soluções redefinem as formas e funções do espaço e por si constitui uma reterritorialização.

Os autores concluem que o processo de desenvolvimento urbano propagado pelas cidades inteligentes é capaz de redefinir o uso e as ocupações dos espaços locais, regionais e nacionais, ensejando transformação territorial, e, dessarte, uma reterritorialização.

Por sua vez, **Milena Pavan Serafim** e **Marcelo Salera Ricci**, no artigo O PLANEJAMENTO URBANO E A MATERIALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BAURU E PIRACICABA, buscam ampliar o debate acerca da necessidade do Planejamento Urbano e do desenvolvimento dos centros urbanos, através da análise dos Planos Diretores Municipais de duas cidades do interior do Estado de São Paulo, escolhidas a partir de características que as aproximam dentro de quatro categorias de análise (Mobilidade Urbana, ZEIS, Mecanismos de Preservação Ambiental e Mecanismos de Controle Social). Os autores procuram mostrar que os Planos Diretores podem promover soluções, a curto, médio e longo prazo, para findar ou ao menos amenizar os problemas recorrentes a ocupação desordenada nas cidades.

A sétima contribuição é de **Maria Soares de Almeida** e de **Lucia Camargos Melchioris**, que no artigo A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E DA HABITAÇÃO SOCIAL NA ESCALA METROPOLITANA: EFEITOS DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE – RS, discute a produção do espaço urbano a partir da habitação construída pelo PMCMV, através da análise da distribuição territorial dos empreendimentos enquadrados no Programa e da atuação dos agentes envolvidos nesse processo, entre os anos 2009-2013, na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), nas três faixas de renda atendidas pelo Programa.

Já **Antônio Ferreira Colchete Filho**, **Tiago Goretti Ribeiro** e **Victor Hugo Godoy Nascimento**, no artigo TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM JUIZ DE FORA/MG: A AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO E A HISTÓRIA DA CIDADE, analisam como a relação entre as cidades e os meios de locomoção nela introduzidos, influenciam diretamente as características do espaço urbano ao longo dos anos de sua formação. Para tanto, estudam as intervenções ocorridas no espaço/tempo da cidade de Juiz de Fora - MG, sobretudo aquelas relacionadas à avenida Barão do Rio Branco, como potencialidade de evidenciar fatos e transformações vivenciadas pela cidade.

No artigo POLICENTRISMO, ÁREAS URBANAS FUNCIONAIS (FUAS) E DINÂMICA TERRITORIAL: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DESDE A REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO - RS- BRASIL, **Rogério Leandro Lima da Silveira**, **Graziella Betina Brandt**, **Carolina Rezende Faccin**, **Leonardo Lumi da Silveira** e **Débora Cristielle Kummer** abordam o potencial metodológico e analítico do conceito de áreas urbanas funcionais (FUAs) para os estudos urbanos e regionais, notadamente em relação ao seu uso para a análise e interpretação da dinâmica territorial, em contextos regionais. Revisam os conceitos de policentrismo e áreas funcionais urbanas e sua aplicação na análise da dinâmica territorial na escala regional. Com base em estudo exploratório na região do Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul- Brasil, identificam, caracterizam e analisam as áreas urbanas funcionais existentes no território regional, interpretando sua configuração espacial, seus principais fluxos e

interações socioespaciais entre as cidades da região, decorrentes dos deslocamentos pendulares para trabalho e estudo.

Na sequência do Dossiê, **Rainer Randolph** no artigo POLÍTICA, PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – QUO VADIS?, defende a hipótese de que diante das recentes mudanças políticas e institucionais em curso no Brasil, especialmente a nível do Estado e do Governo Federal, os obstáculos que já atrasaram aprovação e implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, a PNDR II, elaborada a partir de 2012, tendem a aumentar e podem levar, em última instância, ao abandono dessa política. Nestas circunstâncias, o autor defende, neste trabalho, que a discussão sobre políticas de desenvolvimento regional pode resgatar a agenda do desenvolvimento regional em outras escalas e por meio de novos formatos institucionais. Em última instância, o artigo apresenta uma argumentação que sustenta essa perspectiva por meio de quatro passos. Primeiro, será elaborada a compreensão mais profunda do significado da aparente “impossibilidade” de criar uma política regional nacional. Para tanto, o autor desenvolve a discussão sobre política, planejamento, governo e governança, apresentando uma determinada concepção do Estado (capitalista) oriunda da articulação de três principais autores, Poulantzas, Offe e Jessop. Ao optar por uma compreensão próxima ao pensamento de Gramsci o autor torna possível, no passo seguinte, compreender o termo governança criticamente. Finalmente, o artigo dedica-se a uma apreciação crítica das condições de viabilizar, concretamente, essa concepção neo-gramsciana de governança. Chega à conclusão que a “exequibilidade” de uma governança que exige a inclusão “real” de forças sociais desprivilegiadas possa depender da escala (social, territorial) na qual está sendo exercida.

Já **Susana Graciela Landriscini, Osvaldo Preiss e Lisandro Robles** aborda no artigo IMPACTOS DE LA EXPLOTACIÓN DE RESERVORIOS NO CONVENCIONALES DE HIDROCARBUROS SOBRE CIUDADES Y PARQUES INDUSTRIALES. EL CASO DE LA CUENCA NEUQUINA EN LA PATAGONIA ARGENTINA, os avanços do conhecimento sobre o impacto da exploração e extração de hidrocarbonetos de reservatórios não convencionais na Bacia Neuquina Argentina. A autor analisa as mudanças recentes no sistema de cidades da Confluência Neuquina e nas redes de empresas que integram a cadeia de valor. A autora retoma os debates teóricos sobre as funções das cidades, o peso dos fenômenos de trajetória e de aglomeração, as alterações que são geradas como parte de redes e fluxos em tempos de globalização, e as questões de gestão do conhecimento e inovação e de capacidade de pequenas e médias empresas que compõem o sistema produtivo e institucional territorial.

Por sua vez, **Carlos Gonçalves**, no artigo MODELOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SISTEMAS URBANOS: PORTUGAL, VISÃO INTEGRADA, analisa os sistemas urbanos representados nos Planos Regionais de Ordenamento do Território em Portugal Continental. A especialização dos sistemas urbanos regionais reproduz quer as dinâmicas de desenvolvimento existentes, quer a natureza das propostas formuladas pelo conjunto de entidades que têm responsabilidades de projetar o futuro destas regiões. O autor propõe um exercício de agregação das propostas e através dele, apresenta



uma síntese das estruturas definidoras do desenvolvimento do país.

Na continuidade, **Analia Laura Emiliozzi**, Mónica Adriana Donadoni e Héctor Martín **Civitaresi** em seu artigo TERRITORIO, ELITES Y REDES SOCIO-INSTITUCIONALES EN LA PROVINCIA DE CÓRDOBA, ARGENTINA, HACIA EL SIGLO XX. MODELOS EN DISPUTA, INDUSTRIALISMO VS AGRONEGÓCIOS analisam, com base no estudo da estrutura espacial e econômica da região sul da província de Córdoba – Argentina, e da cidade de Rio Cuarto, o processo de sua reestruturação advinda da constituição de redes institucionais construídas pelas elites dominantes e seus vínculos políticos e comerciais com outras redes nacionais e regionais.

Na sequência **Marco Andre Cadoná**, **Cláudia Tirelli** e Sílvia Virgínia Coutinho Areosa, no artigo POLÍTICAS HABITACIONAIS E SEGREGAÇÃO URBANA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, analisam a repercussão das políticas de habitação social e de direito à moradia, desenvolvidas pelo governo brasileiro a partir de 2009, sobre a dinâmica de reprodução social de populações pobres. Tomando como referência empírica dois projetos habitacionais do “Programa Minha Casa, Minha Vida”, na cidade de Santa Cruz do Sul (RS), os autores utilizam as categorias de “nova pobreza” e de “segregação residencial” como referências teóricas para avaliar como esses programas afetam as redes de sociabilidade das populações pobres, (re) definindo o seu acesso a bens e serviços públicos, em especial serviços de saúde.

Por fim, **Jorgelina Giayetto** e **Pamela Mariel Natali**, no artigo TRABAJO, TERRITORIO Y POLÍTICAS DE EMPLEO. EL CASO DE LA CIUDAD DE RÍO CUARTO, analisam o papel que as políticas públicas de emprego têm na formação do mercado de trabalho da cidade de Rio Cuarto e na criação maiores e melhores condições de trabalho. Para tanto, duas ideias-chave nortearam a reflexão das autoras: por um lado, a importância de recuperar abordagens teóricas alternativas para trazer novos elementos para interpretar o mercado de trabalho que se estrutura e se comporta de maneira complexa e, por outro, a consideração de que os fenômenos socioeconômicos não podem ser compreendidos fora da área geográfica ou território usado.

Além desses quinze artigos que compõem o Dossiê sobre Desenvolvimento Urbano e Regional, esse número de REDES também traz outros nove artigos que abordam temas diversos relacionados ao campo de estudos do desenvolvimento regional.

Aproveitamos também essa oportunidade para agradecer a todos os pareceristas que avaliaram os artigos que compõem esse número especial da REDES, e desejamos aos nossos leitores uma boa leitura.

**Heleniza Ávila Campos, Jorge Luis Hernández, Julio Jose Plaza Tabasco, Margarida Pereira e Rogério Leandro Lima da Silveira** - Editores do Dossiê Desenvolvimento Urbano e Regional: Processos, Políticas e Transformações Territoriais  
**Rogério Leandro Lima da Silveira e Ângela Cristina Trevisan Felippi** - Editores da Revista REDES